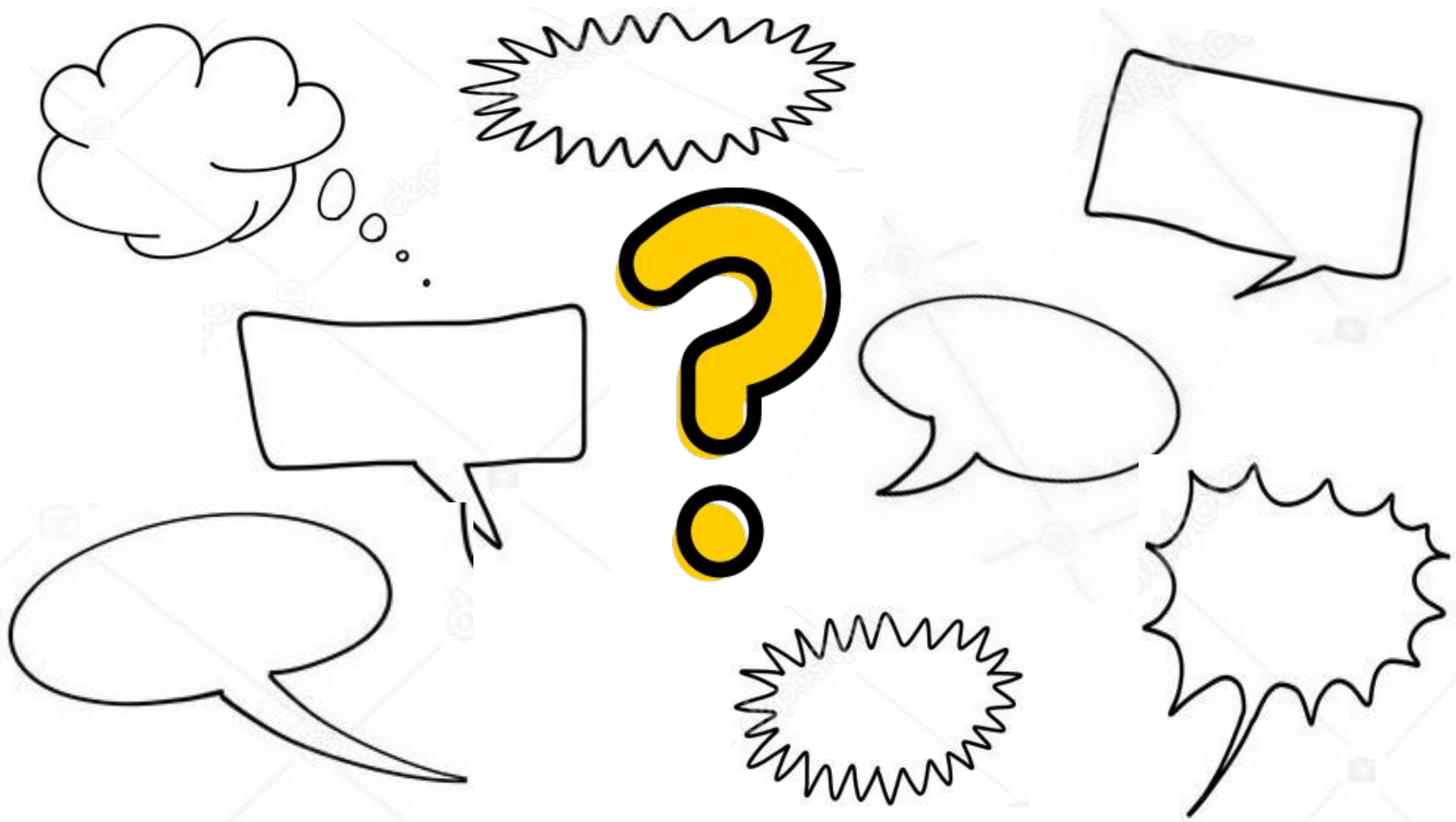


A ARQUITETURA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA,
PARA A AGROECOLOGIA E A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DA
CONSTRUÇÃO AO ATUAL DESMONTE

EMILIA JOMALINIS DE M. SILVA

DOUTORANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA/UFRRJ)
E PROFESSORA DE GEOGRAFIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ARARUAMA/RJ

O QUE É O ESTADO E O QUE
SÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS?



ESTADO - ALGUNS ELEMENTOS

- Estado como um **conjunto de instituições**; Governo como um elemento do estado - três poderes
- Estado é soberano e para garantir a **soberania** é preciso ter o **monopólio da violência**
- Pressupõe **nação(ões)** e **território**
- Estado pode ser interpretado como a **soma da sociedade política e sociedade civil**
- O papel da **burocracia**

POLÍTICAS PÚBLICAS - DEFINIÇÕES POSSÍVEIS

- Uma série de **ações ou inações** que autoridades públicas escolhem adotar para **regular ou responder a um problema** ou um conjunto de problemas interligados (Leslie Pal, 1992, p. 2).
- É o que os **governos fazem e porque o fazem** (Simeon, 1976, p. 548).
- É o que os governos **“escolhem não fazer”** (Dye, 1984, p.1)
- É um **conjunto de efeitos, não necessariamente previsíveis e coerentes**, resultantes de **interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais** interessados pelas decisões políticas (Lagroye et al. 2002, p. 501).
- As políticas públicas **refletem, portanto, o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral**, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição (Grisa e Schneider, 2015)

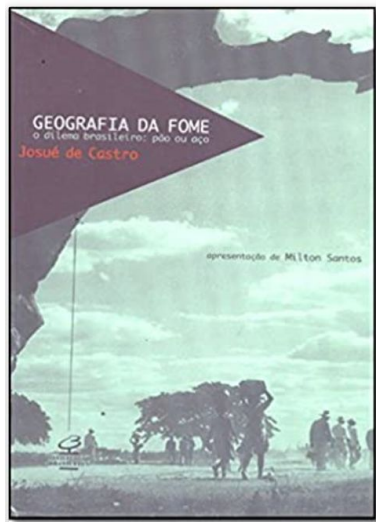
A VIOLÊNCIA E A PRIVAÇÃO DO ACESSO À TERRA COMO TRAÇOS FUNDANTES E CONSTITUTIVOS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA



Os dados sistematizados em 2020 por conflitos por terra, água e trabalho mostram uma **tendência de alta nos últimos dois anos que se confirmou este ano**. O relatório de Conflitos relativo a 2019 apresentava um aumento de 26% comparado com os dados de 2018 (de 1.000 ocorrências passou-se para 1.260). **Em 2020, o aumento foi de 25%.**

Os dados gerais mostram que o número de ocorrências passou de **1.903 em 2019, para 2.054 em 2020, um aumento de 8%**. Esse é o maior número de ocorrências de conflitos no campo já registrado pela CPT, desde 1985. O número de **pessoas envolvidas** nesses conflitos **passou de 898.635, em 2019, para 914.144, em 2020, um aumento de quase 2%.**

A FOME COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES E COMO PROJETO

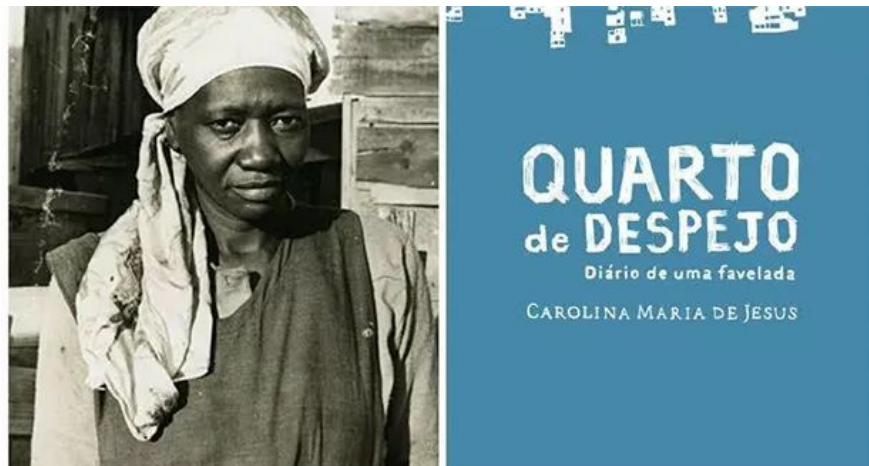


“A fome é a expressão biológica de males sociológicos”

Castro identifica áreas de fome epidêmica e áreas de fome endêmica

“Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais”

“Quem inventou a fome são os que comem”



LUTA, RESISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE ATIVA



LUTA, RESISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE ATIVA



O CICLO VIRTUOSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A REALIZAÇÃO DO DIREITO À
ALIMENTAÇÃO E PARA O FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA E
A AGROECOLOGIA

AS TRÊS GERAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1ª Geração de políticas públicas para a agricultura familiar (1994...)

- Referencial agrícola e agrário.
- Exemplos: Pronaf, SEAF (Seguro da Agricultura Familiar), PGPAF (Programa de Garantia de Preço da AF), ATER e assentamentos de reforma agrária.
- Grupos de atores atuantes: Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar; políticos e gestores públicos e estudiosos do mundo rural

2ª Geração de políticas para a agricultura familiar: (1997...)

- Referencial social e assistencial
- Exemplos: Pronaf infraestrutura, Garantia Safra, PNRH (Programa Nacional de Habitação Rural), Pronaf, Bolsa Família
- Grupos de atores atuantes: Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar; políticos e gestores públicos e estudiosos do mundo rural, Representantes do agronegócio

3ª Geração de Políticas para a agricultura familiar (2003...)

- Referencial construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental
- Exemplos: PAA, PNAE, P1MC, PNPE, agroindústria, selos e certificações
- Grupos de atores atuantes: Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar; políticos e gestores públicos e estudiosos do mundo rural e da SAN, Organizações do campo agroecológico, organizações da sociedade civil vinculados ao tema da SNA

PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE

Fortalecimento da agricultura familiar
Assistência Técnica e Extensão Rural
Garantia Safra
PRONAF (Programa Nacional para o Fortalecimento da AF – crédito)

Programa de Inclusão Produtiva Rural
Banco de sementes
Acesso à água: consumo e produção

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
Plano Nacional para Agroecologia e produção orgânica (PLANAPO)

Infraestrutura local:
Bancos de Alimentos, restaurantes e cozinhas
Pequenas centrais de abastecimento da agricultura familiar

ACESSO

BOLSA FAMÍLIA

13 milhões de famílias

Alimentação Escolar

40 milhões de estudantes (diário)
*Compra da AF

CONSUMO

Nutrição na rede de saúde e educação.

Educação Alimentar e Nutricional

Capacitação
Guia Alimentar
Fortalecimento de EAN na saúde, educação e assistência social

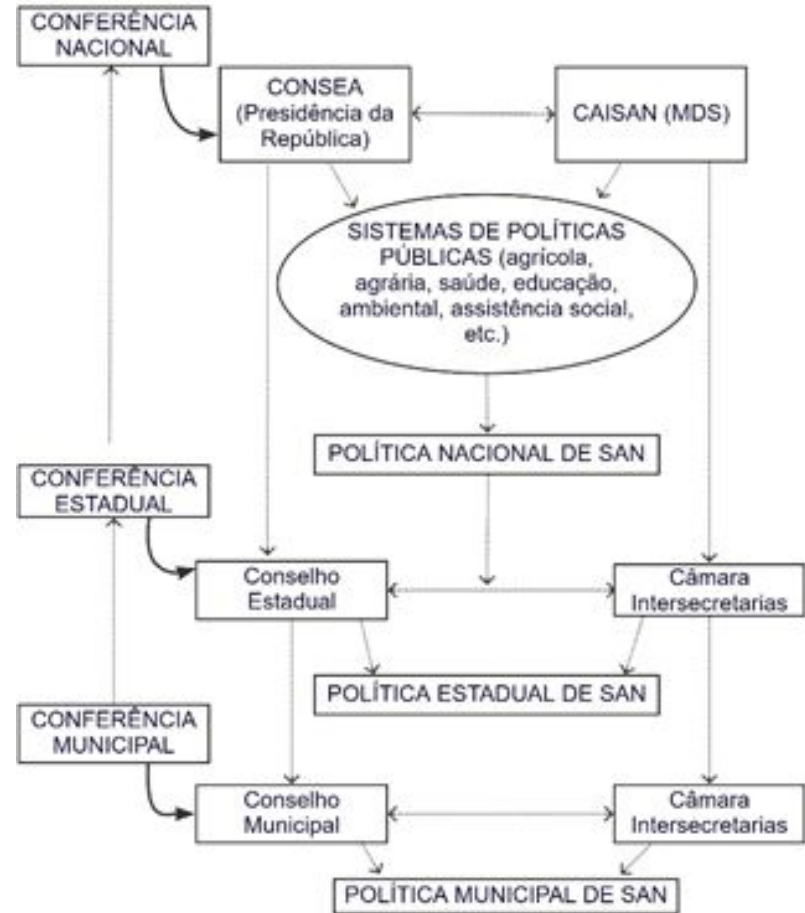
Medidas Regulatórias:

Regulação da venda e publicidade de alimentos ultra processados na escola;
Aperfeiçoamento da Rotulagem Nutricional
Taxação de bebidas açucaradas

CONQUISTAS DE MARCOS LEGAIS

- O **direito à alimentação** foi incluído no rol dos direitos sociais, elencados no artigo 6º da Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional 64, que foi promulgada no dia 04 de fevereiro de 2010
- Segundo a **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006)**, por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
- Também em 2006 foi regulamentada a **Lei da Agricultura Familiar** que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL E POPULAR



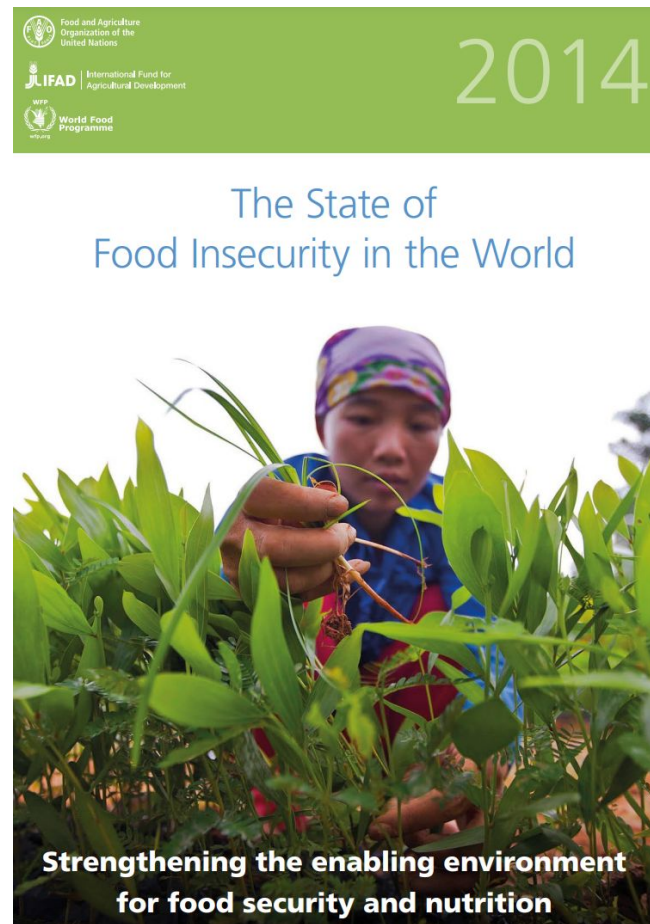
2014: BRASIL SAI DO MAPA DA FOME DA ONU

“No Brasil, os esforços iniciados em 2003 resultaram em processos participativos e instituições de coordenação bem-sucedidos, entregando políticas que efetivamente reduziram a pobreza e a fome”.

O Mapa era construído a partir de um indicador criado pela própria organização, uma medida de acesso adequado a alimentos. O resultado era uma estimativa da porcentagem da população cujo consumo alimentar é insuficiente para manter uma vida ativa e saudável. Baseado em uma média móvel dos últimos três anos, o indicador é considerado uma abordagem indireta para aferir a situação da insegurança alimentar.

Também disponível em:

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>



O DESMONTE DAS POLÍTICAS E
OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA AGRICULTURA
FAMILIAR E A ALIMENTAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



g1

JORNAL NACIONAL

Pesquisa mostra que 75% dos conselhos e comitês nacionais foram extintos ou esvaziados no governo Bolsonaro

Especialistas afirmam que um dos primeiros decretos do presidente provocou o desmonte da participação popular nas discussões sobre políticas públicas.

Por **Jornal Nacional**

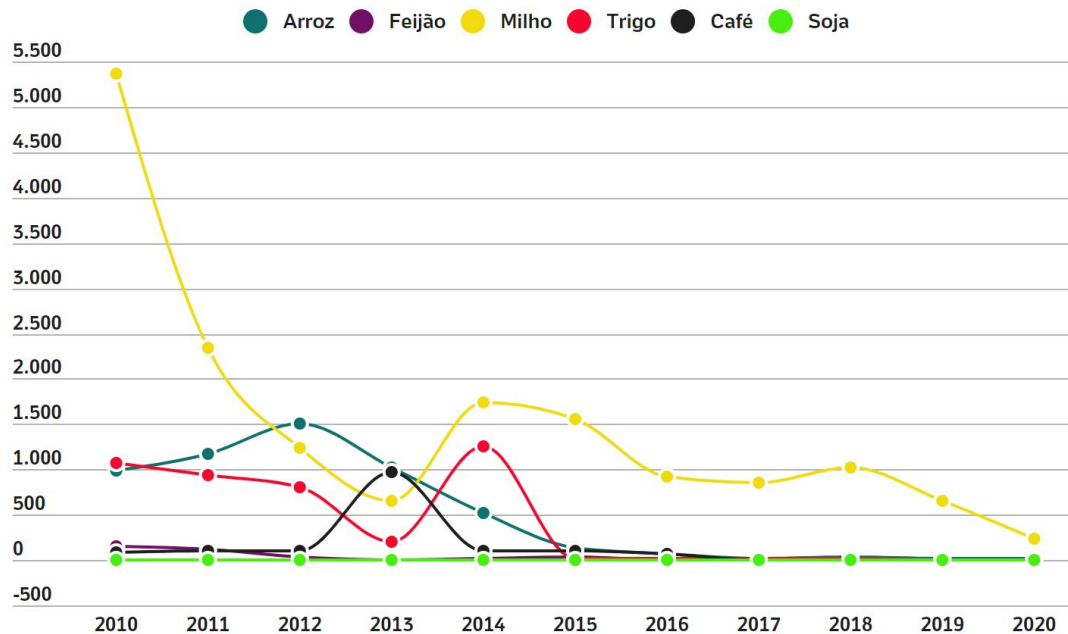
25/10/2021 21h18 - Atualizado há 2 dias

O FIM DOS ESTOQUES PÚBLICOS...

“(...) a situação reflete uma política liberal dos últimos governos, que deixa os preços dos produtos à mercê da oferta e da procura do mercado e da oscilação no valor do dólar, sem interferência do Estado. Já o governo afirma haver custos altos de armazenamento e diz que os grãos não podem ser adquiridos acima do preço mínimo –valor definido anualmente–, como estabelece a legislação (...)”

Fonte:
<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimentos-reducao.htm>

Estoques públicos de alimentos no Brasil (em mil toneladas)*



*Média anual
Fonte: Conab

EXEMPLO: PAA



INÍCIO > GERAL

ALIMENTAÇÃO

No governo Bolsonaro, compras públicas de alimentos viram lenda

Programa federal de incentivo à agricultura familiar e combate à fome enfrenta queda de recursos e esvaziamento político

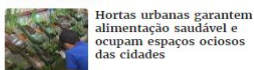
Leandro Melito | O Joio e o Trigo
| 28 de Janeiro de 2020 às 06:57



"O PAA praticamente acabou. Eu diria que virou uma lenda. Ficou para a história, já não representa uma alternativa" - Foto: Agência Brasil

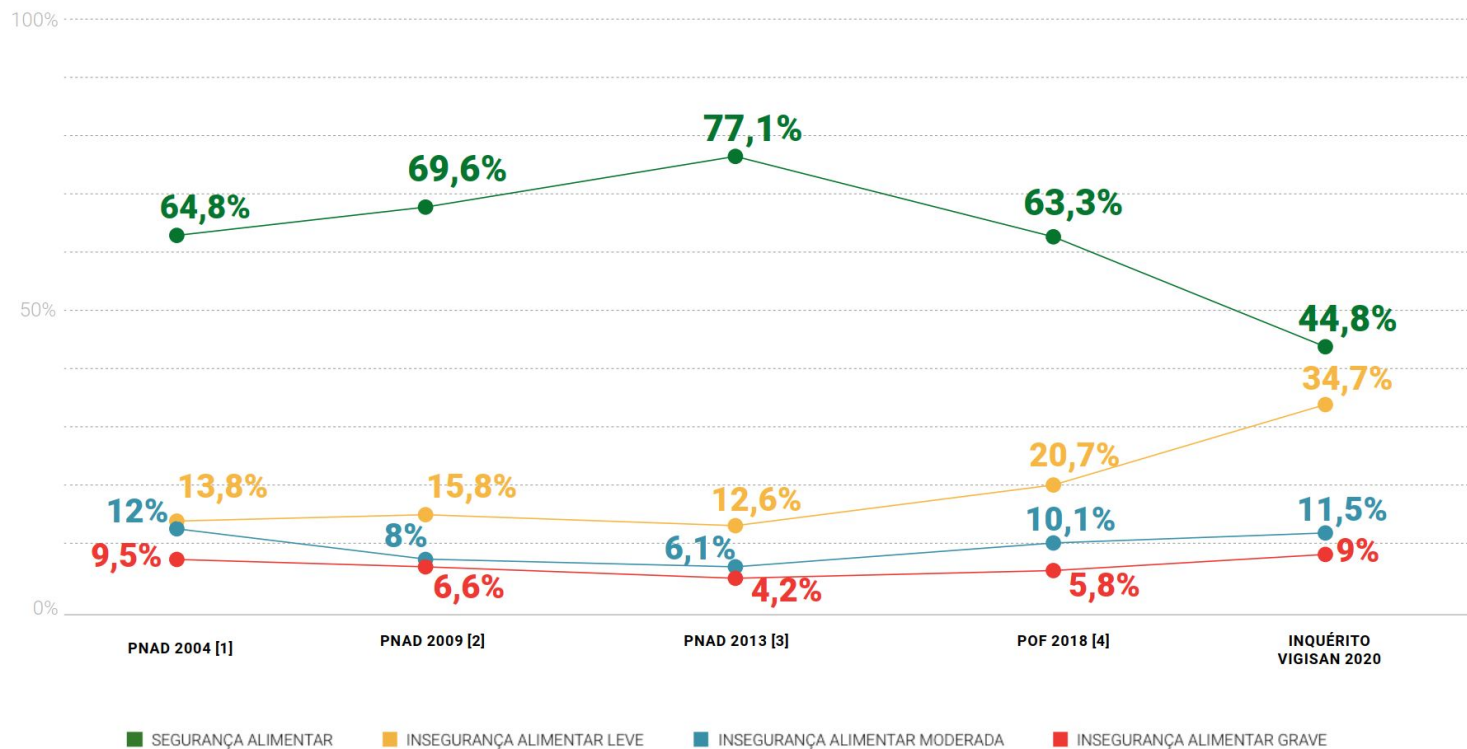
A exemplo de outras iniciativas de **combate à insegurança alimentar e nutricional**, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está prestes a se tornar passado. Um dos eixos fundamentais para tirar o Brasil do Mapa da Fome tem cada vez menos recursos e rapidamente se transforma numa sombra do que foi.

RELACIONADAS



- Instituído no ano de 2003 com duas finalidades principais: a **promoção do acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar**. Criado pela articulação entre Consea e Governo Federal
- O programa **compra alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação para destiná-los às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição**. Promove e valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos e incentiva hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.
- **Das 297 mil toneladas de alimentos comercializadas pelo programa em 2012 o número despencou para apenas 14 mil em 2019**
- Em relação ao orçamento federal executado, a queda foi similar: **93%**. **Dos R\$ 587 milhões utilizados pelo governo para execução do programa em 2012, passou para R\$ 41,3 milhões em 2019, valor mais baixo desde a criação do programa em 2003**
- Estes são dados divulgados pela CONAB, autarquia responsável pela operacionalização do Programa

Figura 12 - Comparação das estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN e os inquéritos nacionais reanalisados conforme escala de oito itens. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.



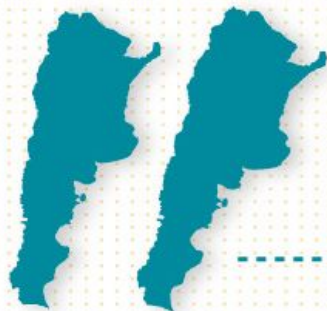
Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).



**Insegurança
alimentar
e Covid-19
no Brasil**



O TAMANHO DA FOME NO BRASIL



116,8 milhões

É a quantidade de pessoas em **insegurança alimentar** no Brasil

O número corresponde a **mais de duas vezes a população da Argentina**



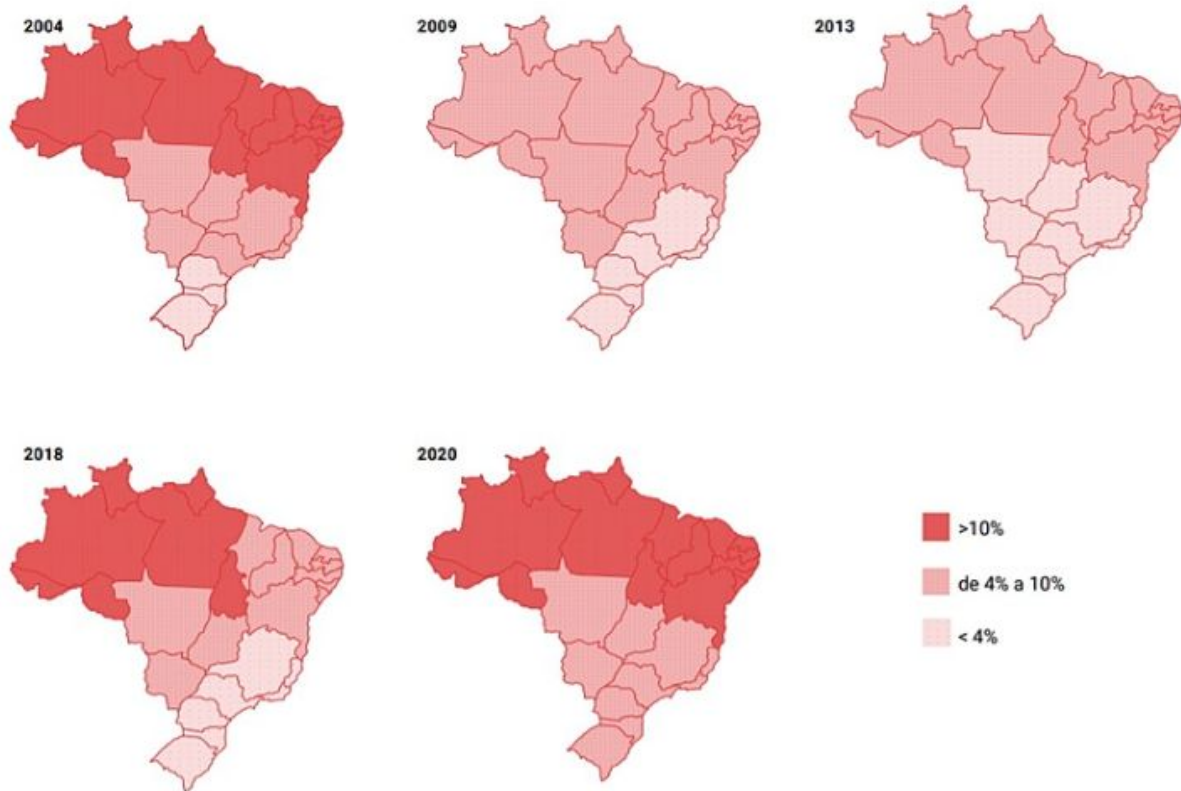
19,1 milhões

É a quantidade de pessoas **passando fome** no Brasil

O número corresponde a **praticamente a população da Grande São Paulo**



O MAPA DA FOME



Em 2019, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) havia alertado que o Brasil poderia voltar a ser incluído no Mapa da Fome, ou seja, **na relação de países que têm mais de 5% da população ingerindo menos calorias que o recomendável**. Desde 2014, o país já havia deixado essa lista.

Evolução da fome no Brasil: porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave entre 2004 e 2020 / Reprodução / Rede PENSSAN / Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

É O AUXÍLIO BRASIL?

- **MP 1061** institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil e extingue o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).
- Em Carta Aberta 230 organizações sociais e entidades populares apontam as incoerências e pedem a rejeição da MP 1061, que ainda não foi votada no Congresso.
- Fere a constituição e atropela processos democráticos historicamente construídos.
- Não especifica critérios para inclusão de beneficiários/as ou aponta reajustes periódicos dos valores pagos. O ideal é que novos programas apresentem melhorias para o público beneficiário, mas não é isso que tem observado especialistas que estão se debruçando sobre o estudo desta MP.
- A criação desses novos programas é apenas uma tentativa de apagamento institucional, atende a uma intencionalidade eleitoral, uma vez que não apresenta elementos que melhorem o funcionamento dos programas, apenas traz outro nome. A ameaça central é o desmonte da política social.

E O AUXÍLIO BRASIL?

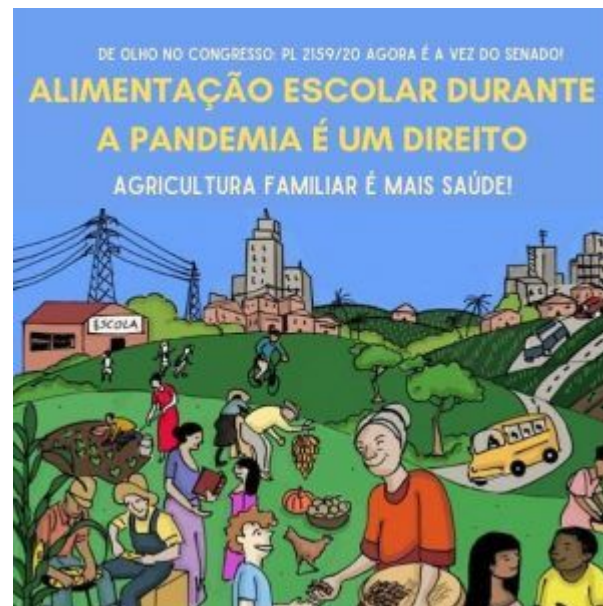
- **Apagamento institucional da teia de políticas de segurança alimentar e nutricional que existiam no Brasil.** Alguns nós dessa rede ainda resistem bravamente, fruto da mobilização social, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas estão sob constante ataque. Em um momento em que é necessário e urgente aprimorar o PAA, política pública de abastecimento alimentar já consolidada e reconhecida internacionalmente, com um maior aporte do Estado, por exemplo, vê-se o seu contínuo desmantelamento.
- A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) exerce um importante papel de diálogo com as organizações da sociedade civil, que assumem protagonismo na execução do PAA, em todas as suas modalidades. A MP 1061 **pretende retirar esta função da CONAB**, estabelecendo relação exclusiva entre os entes da gestão governamental (estados e municípios). No texto, ainda há previsão de recursos para CONAB, porém o indicativo é que a destinação seja via Estado, que será centralizado no Ministério da Cidadania, mas sem apresentar nitidamente como esse processo se dará. E, ainda, **extingue a modalidade do PAA de “aquisição de sementes”**, uma das formas concretas de acesso a sementes crioulas para agricultura familiar camponesa. E, ao falar de agroecologia e produção de alimentos saudáveis, elas são o ponto de partida.
- Segundo relatório do IPEA intitulado **“Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos”**, publicado em 2019, aponta que o Programa Bolsa Família registrou, em 2017, **“uma redução de cerca de 15% no número de pobres e mais de 25% no número de extremamente pobres”**. Significa dizer que as transferências do Programa **“retiraram 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e outras 3,2 milhões da pobreza”**.

CAMINHOS POSSÍVEIS

RECOMENDAÇÕES PARA GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A ALIMENTAÇÃO COMO EIXO ESTRUTURANTE DE UMA POLÍTICA DE ESTADO

- Garantia do PNAE e da execução dos 30% do FNDE para a Agricultura Familiar
- Retomada/Criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (compra direta e doação simultânea)
- Apoio para regularização (emissão de DAP, etc)
- Fortalecer circuitos curtos e de proximidade de comercialização de alimentos adequados e saudáveis
- Estimular e apoiar a logística e distribuição das iniciativas de agricultores/as e grupos de consumidores visando a compra direta da produção da agricultura familiar



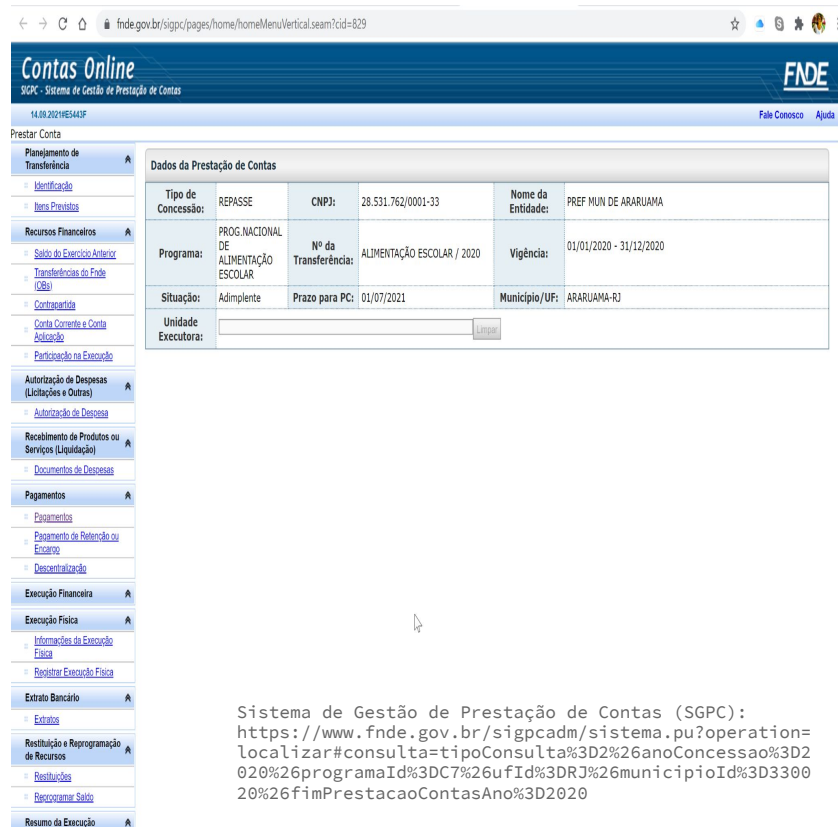
RECOMENDAÇÕES PARA GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO



- Investir em políticas para restaurantes populares
- Apoio para a construção de mercados alimentares populares
- Criação de auxílios alimentação
- Benefícios para restaurantes e pequenos mercados que adquirem produtos da agricultura familiar e local
- Apoio para a transição agroecológica
- Apoio a iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

- Criado em 1979, embora suas primeiras iniciativas datem da década de 1950
- Por meio da Lei n. 11.947, de 2009, os princípios e diretrizes do Pnae foram reformulados, estabelecendo-se a obrigatoriedade da utilização de, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE na compra de produtos diretamente da agricultura familiar.
- A incorporação dos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Pnae, em especial o mecanismo de compra de produtos oriundos da agricultura familiar, foi uma grande conquista, possível apenas através da mobilização e engajamento ao longo de mais de uma década de atores sociais diversos em favor da agricultura familiar, e se constitui numa inovação no campo das políticas públicas (SCHOTTZ, 2019)



The screenshot shows the 'Contas Online' web application interface. The main content area displays a table titled 'Dados da Prestação de Contas' with the following data:

Tipo de Concessão:	REPASSE	CNPJ:	28.531.762/0001-33	Nome da Entidade:	PREF MUN DE ARARUAMA
Programa:	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Nº da Transferência:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2020	Vigência:	01/01/2020 - 31/12/2020
Situação:	Adimplente	Prazo para PC:	01/07/2021	Município/UF:	ARARUAMA-RJ
Unidade Executora:	<input type="text"/>				

Below the table, there is a 'Pesquisar' button. The left sidebar contains a navigation menu with various options such as 'Planejamento de Transferência', 'Recursos Financeiros', 'Autorização de Despesas', 'Pagamentos', 'Execução Financeira', and 'Extrato Bancário'. The top of the page features the 'Contas Online' logo and the FNDE logo.

Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SGPC):
<https://www.fn.de.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar#consulta=tipoConsulta%3D2%26anoConcessao%3D2020%26programaId%3DC7%26ufId%3DRJ%26municipioId%3D330020%26fimPrestacaoContasAno%3D2020>

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Em fevereiro de 2021 foi lançado o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE), resultado de uma ação conjunta de organizações e movimentos sociais que tem como objetivo monitorar e mobilizar a sociedade em torno da defesa do PNAE. O ÓAE possui um Comitê Gestor formado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela ActionAid. O observatório apresenta uma seção com “perguntas e respostas” sobre o que há de mais importante sobre a execução do programa: <https://alimentacaoescolar.org.br/perguntas-e-respostas>

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) criaram, em 2021, a Campanha “Agricultura Familiar é saúde na alimentação escolar”, pelo fortalecimento do PNAE nos municípios e estados. As informações da campanha estão disponíveis aqui: <https://agroecologia.org.br/pnae-abaixo-assinado>

COMPRAS INSTITUCIONAIS

- Lei nº 8.987 de 25 de agosto de 2020 | Dispõe sobre a modalidade da compra direta de alimentos com doação simultânea para fomentar a segurança alimentar e mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia Covid-19 no estado do Rio de Janeiro
- CTAOAE – Cedrus/RJ

As modalidades do PAA mais executadas no Estado do Rio de Janeiro são:

Modalidade de Compra	Executor	Forma de Acesso
Compra com doação simultânea	Conab	Cooperativas e Associações
PAA Emergencial - compra com doação simultânea – Banco de Alimentos	Ceasa - RJ	Individual
Compra institucional	Governo federal, estados e Municípios	Individual, Cooperativas e Associações
PAA Formação de estoques	Conab	Cooperativas e Associações

Coordenação do PAA Ceasa RJ

PAA emergencial

CEASA/RJ compra quase uma tonelada de caqui

Publicado em: 26.03.2021 - 13:17 Por: Elielton Gomes



A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA/RJ), comprou nesta terça-feira (25/03), quase uma tonelada de caqui, adquiridos através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Emergencial), provenientes dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Janela das Andorinhas de Nova Friburgo.

Toda a compra será doada para os Bancos de Alimentos da CEASA/RJ; e os de Volta Redonda, Nova Iguaçu e Mesquita, que

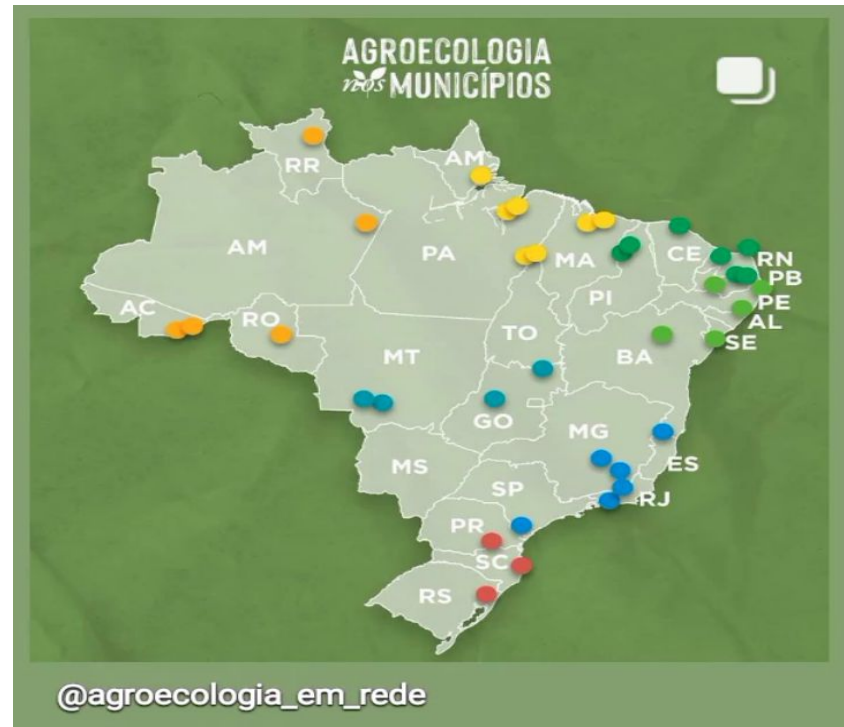
serão destinados para instituições socioassistenciais.

Além de ajudar as instituições socioassistenciais, o PAA Emergencial auxilia no escoamento da produção dos agricultores familiares. “Devido a pandemia da Covid-19, a safra do ano passado foi muito afetada, e não conseguimos escoar a nossa produção de caqui, tendo assim um grande prejuízo. Este ano estamos conseguindo, graças ao PAA emergencial”, comentou o produtor rural Luan Moraes.

O Coordenador do Programa de Aquisição de Alimentos, Thiago Nemésio, destaca a importância do programa: “O PAA no Estado do Rio de Janeiro vem oferecendo aos agricultores familiares cadastrados no projeto, mais uma forma de comercialização, como vem sendo feito na safra de 2021 do caqui no Estado”

Para o Diretor Técnico, Carlos Augusto Quintanilha, “O PAA e a CEASA/RJ vem cumprindo seus principais objetivos, que é fomentar a agricultura familiar e levar alimentos de qualidade para as pessoas em vulnerabilidade social no Estado do Rio de Janeiro”.

ÊNFOQUE AGROECOLÓGICO DESDE OS MUNICÍPIOS



ENFOQUE AGROECOLÓGICO DESDE OS MUNICÍPIOS



Resultados parciais

Cada mapeamento realizado no AeR é único e trazem informações importantes sobre como a agroecologia se manifesta nos territórios. Neste mapeamento, é possível já observarmos alguns resultados parciais. Navegue e conheça mais as experiências cadastradas na plataforma!

721

Fichas cadastradas*

VER FICHAS

Experiências mapeadas

*Este número representa somente o total de fichas com autorização para publicação.

Principais temas abordados



168

Construção social de Mercados



146

Políticas Públicas e fomento



121

Educação e Construção do
Conhecimento Agroecológico



86

Alimento, Segurança e Soberania
Alimentar



39

Manejo dos Agroecossistemas



39

Agricultura Urbana e Periurbana



39

Terra, Território e Ancestralidade



35

Mulheres e Feminismos



35

Biodiversidade e Bens Comuns



23

Práticas de Cuidado em Saúde e
Medicina Tradicional



17

Águas e Saneamento



15

Agrotóxicos e Transgênicos



12

Economia Solidária e outras economias



9

Juventudes



8

Cooperativismo e outros arranjos
comunitários



5

Arte, Cultura e Comunicação
comunitária

Para mais informações e navegação no mapa das políticas públicas municipais, acesse: <https://agroecologia.org.br/mapa-das-politicas-publicas-em-agroecologia>



“A economia que não se preocupa com a justiça social, é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro. Uma brutal concentração de renda e riqueza, desemprego e miséria. Isso, para mim, não é economia. Uma economia que diz que precisa primeiro estabilizar, depois crescer e depois distribuir é, e tem sido, uma falácia. (...) Não distribui.”